
BTGI SAFIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF N.º 21.976.510/0001-79

NIRE 35.300.476.239

COMPANHIA ABERTA

Rua da Consolação, nº 2.825, 2º andar, conj. 21

São Paulo - SP

Informações disponibilizadas aos senhores acionistas em atendimento a Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81/22").

A Administração da Companhia vem, pela presente, apresentar as informações exigidas nos termos dos Artigos 10 e 13 da Resolução 81/22 e prestar os esclarecimentos abaixo.

Em 09 fevereiro de 2023, as demonstrações contábeis, relatório da administração, parecer dos auditores independentes e formulário das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP da Companhia foram disponibilizados no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia informa aos seus acionistas que em 24 de abril de 2023 publicou as suas demonstrações contábeis, o relatório da administração, parecer dos auditores independentes, conforme determina o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), até a realização da AGO da Companhia a ser realizada no dia 28 de abril de 2023 para a qual não será feita convocação, conforme faculta o §4º do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e Artigo 33, II, da Resolução CVM nº 80, e Artigo 9º da Resolução 81/22.

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de aproximadamente R\$ 97.604,00 (noventa e sete mil e seiscentos e quatro reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável uma vez que não houve declaração de dividendos por parte da Companhia até a presente data.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Até a presente data, não houve distribuição de dividendos por parte da Companhia.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido (Prejuízo) do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores

Ano	Valor R\$ por ON
2020	(0,18)
2021	(0,21)
2022	(0,10)

- b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 03 (três) exercícios anteriores

Não aplicável, uma vez que a Companhia foi constituída no exercício social de 2022.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A destinação de parcela do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e tem por fim assegurar a integridade do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia distribuirá, a título de dividendo obrigatório, 0,001% (um milésimo de por cento) do lucro líquido do exercício.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

- c. Informar o montante eventualmente retido.

A Companhia não possui dividendo obrigatório retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

a. Informar o montante da retenção

A Companhia não possui dividendo obrigatório retido.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

A Companhia não possui dividendo obrigatório retido.

c. Justificar a retenção dos dividendos

A Companhia não possui dividendo obrigatório retido.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não há proposta de destinação de resultado para constituição de reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não há proposta de destinação de resultado para constituição de reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

A reserva de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à reserva de investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas nas alíneas do parágrafo 1º deste artigo (cuja alínea (c) faculta a alocação de até 100% do saldo remanescente do lucro líquido para essa reserva), sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da reserva de investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei 6.404/76. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.

Não há retenção de lucro prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não há retenção de lucro prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais. A Companhia não possui conselho fiscal instalado ou comitê de auditoria.

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência

2.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia foi constituída em 02 de fevereiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha um capital social de R\$1.000.500,00 (um milhão e quinhentos reais) e seu patrimônio líquido total era equivalente a R\$ 150.473 (cento e cinquenta mil e quatrocentos e setenta e três reais). Na mesma data, a Companhia possuía prejuízos acumulados no exercício de 2022 no montante de R\$ 752.423,00 (setecentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e vinte três reais).

(b) estrutura de capital

A Diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital da Companhia é extremamente conservadora, considerando nenhuma alavancagem.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui plena capacidade para honrar os compromissos financeiros assumidos.

(d) fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

A Companhia pretende, no futuro, utilizar recursos obtidos junto aos seus acionistas para investimentos em ativos não circulantes, e não espera, tendo em vista seu objeto social, ter necessidade de recursos para capital de giro.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Tendo em vista sua situação financeira e estrutura de capital, a Companhia não antecipa ter qualquer deficiência de liquidez.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas

dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Desde a constituição da Companhia em 02 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, as seguintes alterações significativas ocorreram nas contas patrimoniais da Companhia (i) capitalização por meio da emissão de novas ações, pelo preço total de emissão de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) realizada em 20 de maio de 2015; (ii) capitalização por meio da emissão de novas ações, pelo preço total de emissão de R\$150.000,00 realizada em 1 de junho de 2018; (iii) capitalização por meio da emissão de novas ações, pelo preço total de emissão de R\$150.000,00 realizada em 28 de fevereiro de 2020; (iv) capitalização por meio da emissão de novas ações, pelo preço total de emissão de R\$ 150.000,00 realizada em 26 de agosto de 2021; e (v) capitalização por meio da emissão de novas ações, pelo preço total de emissão de R\$ 200.000,00 realizada em 05 de maio de 2022.

2.2. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO.

(a) resultado das operações da companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Todas as informações relevantes acerca dos resultados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram apresentadas no item 2.1(h) acima.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Tendo em vista sua situação não operacional, o resultado da Companhia depende predominantemente do seu investimento em ativos financeiros.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Tendo em vista sua situação não operacional, o resultado da Companhia depende predominantemente do seu investimento em ativos financeiros.

2.3. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO.

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 02 de fevereiro de 2015, a Companhia foi constituída, com capital social de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Em 20 de maio de 2015, além de integralizar as ações pendentes quando da constituição, os acionistas da Companhia aprovaram a emissão de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias preço total de emissão de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Em 1 de junho de 2018, foi aprovado a emissão 150.000 novas ações ordinárias preço total de emissão R\$150.000,00. Em 28 de fevereiro de 2020, foi aprovado a emissão 150.000 novas ações ordinárias preço total de emissão R\$150.000,00. Em 26 de agosto de 2021, foi aprovada a emissão de 150.000 novas ações ordinárias pelo preço total de emissão de R\$ 150.000,00. Em 05 de maio de 2022, foi aprovada a emissão de 200.000 novas ações ordinárias pelo preço total de emissão de R\$ 200.000,00.

(c) eventos ou operações não usuais

A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar de forma relevante suas demonstrações financeiras ou resultados, exceto conforme descrito no item "b" acima.

2.4. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ÊNFASES.

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Desde a constituição da Companhia, em 02 de fevereiro de 2015, não houve qualquer mudança nas práticas contábeis utilizadas.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Desde a constituição da Companhia, em 02 de fevereiro de 2015, não houve qualquer mudança nas práticas contábeis utilizadas.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer do auditor com relação às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não possui ressalvas.

2.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS.

A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessária, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tinha contabilizados ativos e passivos contingentes e não era parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

2.6. CONTROLES INTERNOS.

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos que não aparecem em seu balanço patrimonial

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que todos os itens estão devidamente evidenciados em suas demonstrações financeiras.

2.7 POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS.

Todas as informações relevantes acerca dos resultados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram apresentadas no item 2.1(h) acima.

2.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial consolidado; b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas

Não aplicável.

2.9 ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; b) natureza e propósito da operação; c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável. Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia, desde sua constituição em 02 de fevereiro de 2015.

Não aplicável, uma vez que não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia, desde sua constituição em 02 de fevereiro de 2015.

Não aplicável, uma vez que não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia, desde sua constituição em 02 de fevereiro de 2015.

2.10. PLANO DE NEGÓCIOS.

(a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia possui um plano de negócios datado de 31 de abril de 2015.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não há perspectiva de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos pela Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

2.11 OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE.

Não Aplicável.

**Anexo exigido pelo Artigo 13 da
Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022**

Informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado. b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A Companhia não adota uma política formal de remuneração de administradores. A remuneração global é fixada anualmente em assembleia geral nos termos do artigo 152 da Lei n.º 6.404/76, a fim de atribuir a cada administrador uma remuneração mensal fixa, a título *de pro labore*. Quando um administrador ocupa simultaneamente cargo no conselho de administração e cargo na diretoria, o administrador faz jus apenas aos honorários que lhes seriam devidos em razão do cargo de conselheiro. Adicionalmente, de acordo com a prática da Companhia, os membros suplentes do conselho de administração não são remunerados.

Aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia é atribuída somente uma remuneração fixa, com o objetivo de remunerá-los pelos serviços prestados à Companhia. Não há pagamento de quaisquer benefícios, verbas de representação ou participação nos resultados da Companhia.

A remuneração global é fixada anualmente em assembleia geral nos termos do artigo 152 da Lei n.º 6.404/76, conforme proposta elaborada pela Diretoria da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração determinar o valor a ser alocado individualmente para cada administrador dentro do montante global aprovado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii. razões que justificam a composição da remuneração; iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato; d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos; e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável. A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 8(a) acima.

8.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Os Diretores e membros do Conselho de Administração renunciaram às remunerações aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária realizada no exercício social de 2023.

A tabela abaixo indica a remuneração prevista que será percebida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia para o exercício social de 2023:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	3	2	-	5
Remuneração fixa anual (em R\$)	-	-	-	-
Salário / pró- labore	R\$ 46.872,00	R\$ 31.248,00	-	R\$ 78.120,00

Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 46.872,00	R\$ 31.248,00	-	R\$ 78.120,00

Os Diretores e membros do Conselho de Administração renunciaram às remunerações aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária realizada no exercício social de 2023.

A tabela abaixo indica a remuneração prevista que será percebida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia para o exercício social de 2022:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	3	2	-	5
Remuneração fixa anual (em R\$)	-	-	-	-
Salário / pró- labore	R\$ 43.632,00	R\$ 29.088,00	-	R\$ 72.720,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-

Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 43.632,00	R\$ 29.088,00	-	R\$ 72.720,00

Os Diretores e membros do Conselho de Administração renunciaram às remunerações que serão submetidas à aprovação no âmbito da Assembleia Geral Ordinária realizada no exercício social de 2022.

A tabela abaixo indica a remuneração que seria percebida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	3	2	-	5
Remuneração fixa anual (em R\$)	-	-	-	-
Salário / pró- labore	R\$ 39.600,00	R\$ 29.088,00	-	R\$ 68.688,00

Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 39.600,00	R\$ 29.088,00	-	R\$ 68.688,00

Os Diretores e membros do Conselho de Administração renunciaram às remunerações que serão submetidas à aprovação no âmbito da Assembleia Geral Ordinária realizada no exercício social de 2021.

8.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

Não aplicável. A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 8(a) acima.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente: a) termos e condições gerais; b) data de aprovação e órgão responsável; c) principais objetivos do plano; d) forma como o plano contribui para esses objetivos; e) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia; f) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo; g) número máximo de ações abrangidas; h) número máximo de opções a serem outorgadas; i) condições de aquisição de ações; j) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; k) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável. A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 8(a) acima.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: i. em aberto no início do exercício social; ii. perdidas e expiradas durante o exercício social; iii. exercidas durante o exercício social; e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

Não aplicável. A totalidade do capital da Companhia é detida por seus acionistas controladores.

8.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação às opções ainda não exercíveis: i. quantidade; ii. data em que se tornarão exercíveis; iii. prazo máximo para exercício das opções; iv. prazo de restrição à transferência das ações; v. preço médio ponderado de exercício; vi. valor justo das opções no último dia do exercício social; e. em relação às opções exercíveis: i. quantidade; ii. prazo máximo para exercício das opções; iii. prazo de restrição à transferência das ações; iv. preço médio ponderado de exercício; v. valor justo das opções no último dia do exercício social; f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável. A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 8(a) acima.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação às opções ainda não exercíveis: i. quantidade; ii. data em que se tornarão exercíveis; iii. prazo máximo para exercício das opções; iv. prazo de restrição à transferência das ações; v. preço médio ponderado de exercício; vi. valor justo das opções no último dia do exercício social; e. em relação às opções exercíveis: i. quantidade; ii. prazo máximo para exercício das opções; iii. prazo de restrição à transferência das ações; iv. preço médio ponderado de exercício; v. valor justo das opções no último dia do exercício social; f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social:

Não aplicável. A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 8(a) acima.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. número de ações; e. preço médio ponderado de exercício; f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas:

Não aplicável. A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 8(a) acima.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários:

Não aplicável. Os membros da administração da Companhia não possuem quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. data de outorga; e. quantidade de ações outorgadas; f. prazo máximo para entrega das ações; g. prazo de restrição à transferência das ações; h. valor justo das ações na data

da outorga; i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga:

Não há planos de previdência em vigor conferidos a membros do conselho de administração e a diretores estatutários da Companhia.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. número de ações; e. preço médio ponderado de aquisição; f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas; g. multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Valores anuais máximos, mínimos e médios previstos para o exercício social de 2022.

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º de membros	2	3
Valor da maior remuneração (Reais)	R\$ 29.088,00	R\$ 43.632,00
Valor da menor remuneração (Reais)	R\$ 29.088,00	R\$ 43.632,00
Valor médio Remuneração (Reais)	R\$ 29.088,00	R\$ 43.632,00

Valores anuais máximos, mínimos e médios previstos para o exercício social de 2021.

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º de membros	2	3

Valor da maior remuneração (Reais)	R\$ 26.400,00	R\$ 39.600,00
Valor da menor remuneração (Reais)	R\$ 26.400,00	R\$ 39.600,00
Valor médio Remuneração (Reais)	R\$ 26.400,00	R\$ 39.600,00

Valores anuais máximos, mínimos e médios previstos para o exercício social de 2019.

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
N.º de membros	2	3
Valor da maior remuneração (Reais)	R\$ 23.952,00	R\$ 35.928,00
Valor da menor remuneração (Reais)	R\$ 23.952,00	R\$ 35.928,00
Valor médio Remuneração (Reais)	R\$ 23.952,00	R\$ 35.928,00

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d) forma de determinação da volatilidade esperada; e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável. A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 8.11 acima.

8.13 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão:

Não houve pagamento reconhecido no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam, uma vez que os administradores renunciaram à remuneração aprovada pela Assembleia Geral da Companhia para o exercício social de 2022.

8.14 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. nome do plano; e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; f. condições para se aposentar antecipadamente; g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários da Companhia.

8.15 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Não aplicável. A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 8.11 acima.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não houve pagamento reconhecido no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam, uma vez que os administradores renunciaram à remuneração aprovada pela Assembleia Geral da Companhia para os 3 últimos exercícios.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento reconhecido no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam, uma vez que os administradores renunciaram à remuneração aprovada pela Assembleia Geral da Companhia para os 3 últimos exercícios.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos 3 últimos exercícios sociais, não houve pagamento de membros da administração suportado por subsidiárias da Companhia.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Conforme indicado no item 8.1 acima, os administradores eleitos para exercer simultaneamente cargos de membros do conselho de administração e da diretoria recebem apenas remuneração como conselheiros. Dessa forma, os quadros nos itens 8.2 e 8.11 refletem apenas a remuneração de um Diretor, uma vez que o outro Diretor é remunerado exclusivamente como membro do conselho de administração.